

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Brasduto contraria abertura, afirma ministro	2
Título: Petrobras pode ter limite no mercado de gás	4
Título: Justiça bloqueia R\$ 3,68 bilhões de contas bancárias da Braskem	5
Título: Leilão de energia deve ter baixa demanda	7
Título: Curtas	9
Título: MRN vai aumentar produção com a plena volta da operação da Alunorte	10
Título: Vale vai investir R\$ 1,8 bi na mina Córrego do Feijão.....	12
Título: Preço baixo de ação eleva demanda por Neoenergia	13
Título: União não terá que pagar conta dos empréstimos compulsórios.....	14
Título: Petróleo tem alta moderada com investidas de Trump contra o Irã	16
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	18
Título: Câmara aprova nova distribuição do pré-sal	18
Título: Braskem tem R\$ 3,7 bi bloqueados pela Justiça	19
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	20
Título: ANP prepara resolução para elevar qualidade da gasolina vendida no país	20
Título: Acesso a fundo do pré-sal ainda é estudo, diz Tesouro.....	22
Título: Caixa arrecada R\$ 7,3 bi com venda de ações da Petrobras	23
Título: Choque de energia	24
VEÍCULO: O Globo.....	24
Título: Justiça exige novas licenças ambientais para o Comperj.....	24
Título: Cade aprova aquisição de fatia da Ticket pelo Itaú	25
Título: Mercosul e União Europeia perto de fechar acordo	26

VEÍCULO: Correio Braziliense.....	28
Título: Gás mais barato é bem-vindo	28

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/06/2019

Seção: Brasil

Autor: Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro | De Brasília

Título: Brasduto contraria abertura, afirma ministro

Dois dias após o governo Bolsonaro lançar seu programa para baratear o preço do gás natural, a Câmara dos Deputados aprovou ontem projeto que, segundo o **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, vai na contramão da proposta do Novo Mercado de Gás. O texto, que inicialmente visava resolver o passivo bilionário das hidrelétricas com o risco hidrológico (GSF), incluiu emenda polêmica para usar dinheiro do pré-sal para financiar a construção de gasodutos, o chamado "Brasduto".

O projeto teve regime de urgência aprovado no fim do ano, mas, sem consenso, voltou para discussão na Comissão de Minas e Energia. Dias após o relator, deputado Benes Leocádio (PRB-RN), apresentar parecer tirando emendas que não tinham relação com o risco hidrológico, o deputado João Carlos Bacelar (PL-BA) articulou para votar direto no plenário.

Albuquerque disse que o ministério não concordava com a proposta de financiamento dos gasodutos e que o governo pretendia que as empresas emitissem debêntures incentivadas. "Aí é que está o recurso, o dinheiro bom, que ajuda o empreendedor que já está no mercado e permite aquele que quer investir", afirmou, em audiência pública na Câmara horas antes da votação. O projeto ainda contraria a intenção de tornar mais transparente o processo, já que não haverá chamamento público, e de deixar o próprio mercado decidir onde há capacidade que justifique o investimento.

Parlamentares também questionaram a emenda entrar, de última hora. "Isso não é só um jabuti em cima de uma árvore, é uma tartaruga no deserto. É

completamente errado", afirmou o deputado Joaquim Passarinho (PSD-PA). Bacelar, que é próximo das empreiteiras que atuam no setor, disse que o país precisa de uma política de investimentos. A maioria dos partidos de centro e de oposição apoiou com esse argumento.

O governo orientou contra essa emenda e há expectativa, entre os deputados, que o texto seja vetado. Houve, contudo, apoio de quase todos os partidos, com exceção de PSL, Novo, PSOL e PDT - que foram contra o uso de 20% dos recursos da exploração do pré-sal, que seriam destinados à educação e saúde, para construção dos gasodutos. Há chance, portanto, de o veto ser derrubado se ele realmente ocorrer.

O líder do PDT na Câmara, André Figueiredo (CE), fez emenda para evitar a retirada do dinheiro, mas a proposta foi rejeitada por 253 a 153. Ele articulou, então, emenda alternativa. Hoje o dinheiro da comercialização do petróleo do pré-sal vai 50% para o fundo social e 50% para saúde e educação. O projeto deixou o fundo social com 30%, o "Brasduto" com 20% aplicados diretamente em educação e mais 20% em saúde. Os outros 30% serão destinados aos fundos de participação dos Estados (FPE) e municípios (FPM), para serem aplicados também em saúde e educação. Os governadores pressionavam pelo projeto de olho nesses recursos.

Com a aprovação desta emenda, o texto retornará para uma última análise do Senado apenas sobre a distribuição. Os senadores podem, antes de encaminhar o texto a sanção, rejeitar ou aprovar a alteração, mas não é possível mexer nos outros pontos.

Já a bancada de Minas Gerais apoiou o texto interessada em outra emenda, sobre a indenização da União pelas usinas Jaraguá, Miranda e São Simão em benefício da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig). A estatal perdeu a concessão dessas usinas após disputa judicial com a União sobre o direito de renovar os contratos.

A única parte com acordo entre todos os partidos era a solução para o passivo que vem desde 2013 das geradoras de energia elétrica com a GSF, o risco hidrológico (que elas precisam assumir). Isso será possível graças à possibilidade de extensão do prazo de concessão das usinas. A dívida discutida judicialmente está na ordem de R\$ 7 bilhões.

O projeto ainda prevê a aplicação de multas em favor dos consumidores quando forem prejudicados por interrupção no fornecimento de energia. A restituição será equivalente ao valor que seria pago pelo usuário se não tivesse ocorrido a falha na rede.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 27/06/2019****Seção: Brasil****Autor: André Ramalho | Do Rio****Título: Petrobras pode ter limite no mercado de gás**

Além da saída integral da Petrobras da distribuição e transporte de gás natural, o governo também avalia impor limites aos volumes ofertados pela estatal ao mercado. A resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) que trata das diretrizes para aumentar a concorrência no setor abre um caminho formal para que o governo implemente um programa de desconcentração da oferta.

Atualmente, a Petrobras responde por 77% do volume de gás produzido no país. A estatal é praticamente a única fornecedora relevante do mercado, já que as demais empresas, muitas delas sócias da Petrobras nos campos do pré-sal (como Shell, Repsol e Petrogal), vendem suas parcelas de gás para a própria estatal, a preços baixos, porque enxergam dificuldades no acesso ao mercado consumidor.

"A resolução [do CNPE] sinaliza para a redução da concentração na oferta. Temos 77% de concentração na oferta associada a esse agente dominante [Petrobras] e há que se trazer limites para essa participação", disse ontem o **secretário-executivo-adjunto do Ministério de Minas e Energia (MME), Bruno Eustáquio**, durante apresentação sobre o Novo Mercado de Gás, na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados.

Segundo duas fontes consultadas pelo **Valor**, ainda não há uma decisão final sobre a implementação desse programa de desconcentração - nem sobre o modelo como seria operacionalizado. A resolução do CNPE, porém, abre a possibilidade de que ele venha a ser adotado sob a supervisão da Agência Nacional de Petróleo (ANP), em conjunto com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

O órgão antitruste e a Petrobras negociam um termo de compromisso de cessação (TCC), segundo o qual a estatal se comprometeria a sair da distribuição e do transporte, em troca do encerramento de processo que investigava a atuação anticompetitiva da petroleira no mercado de gás. O plano original do Novo Mercado de Gás propunha, contudo, que a estatal se comprometesse também a deixar de comprar gás de terceiros e reduzisse sua participação de mercado a patamares próximos de 50%.

A resolução do CNPE diz que a transição para um mercado concorrencial de gás natural observará a "implantação de programas de liberação de gás natural para redução de concentração do mercado".

A ANP já se mostrou favorável à medida, quando, em janeiro, encaminhou ao Cade um ofício defendendo um programa para obrigar a estatal a vender parte do volume ofertado hoje por ela. A agência alegou que a iniciativa "proporcionaria mais ofertas, aumentando a concorrência e desconcentrando o mercado, hoje controlado inteiramente por um único agente".

O chamado "gas release" (liberação de gás) consiste numa iniciativa de desverticalização na qual o agente dominante cede, compulsoriamente, volumes de gás (e capacidades de transporte nos gasodutos, por meio do "capacity release") para concorrentes, como outros produtores e comercializadores.

O mesmo sistema já foi adotado no Reino Unido, nos anos 1990, e replicado na Espanha e na Itália na década de 2000. Em geral, nesse tipo de programa, são feitos leilões sucessivos forçando o agente dominante a vender parcelas de sua produção para a concorrência, a preços determinados. Assim, outros agentes ganham escala em seus portfólios de suprimento ao mercado.

Para Livia Amorim, especialista em gás e energia do escritório Souto Correa Advogados, após a publicação das diretrizes do CNPE sobre a abertura do mercado, o governo precisa se concentrar na definição das regras de acesso aos gasodutos de transporte. Segundo ela, sem isso, a abertura não se estrutura.

"É a principal forma de diversificar risco e criar portfólio. Deve estar no topo de agenda", disse Livia, que também chama a atenção para a necessidade de criação - seja por iniciativa do governo, seja do mercado - de uma plataforma de negociação entre os agentes, para permitir o encontro entre a oferta e a demanda.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/06/2019

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: Justiça bloqueia R\$ 3,68 bilhões de contas bancárias da Braskem

A Justiça de Alagoas determinou o bloqueio de R\$ 3,68 bilhões das contas bancárias e a indisponibilidade de ações detidas pela Braskem, em um novo capítulo do processo judicial que a petroquímica enfrenta no Estado. O bloqueio

atende a pedido do Ministério Público Estadual (MPE) e da Defensoria Pública de Alagoas, que inicialmente buscavam imobilizar R\$ 6,7 bilhões da companhia para indenizar moradores de três bairros de Maceió (AL). A petroquímica já havia apresentado um seguro-garantia de R\$ 2,7 bilhões para essa finalidade.

Em decisão de terça-feira, o presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (TJ-AL), desembargador Tutmés Airan, pediu ainda o bloqueio de outros bens da companhia, incluindo imóveis, veículos e ações, o que não ocorrerá caso se alcance em dinheiro os R\$ 3,68 bilhões estabelecidos. Ao fim de março, a Braskem tinha R\$ 6,1 bilhões em caixa, suficiente para cobrir esse valor.

A companhia informou que vai tomar as "medidas pertinentes nos prazos legais aplicáveis" para reverter a decisão. O Judiciário alagoano está em regime de plantão até o dia 30 e, durante o recesso, os prazos processuais ficam suspensos. Apenas casos urgentes serão avaliados no período.

A decisão do TJ-AL impõe mais um obstáculo ao pagamento de R\$ 2,67 bilhões em dividendos pela petroquímica - que seriam bem-vindos especialmente para a controladora, a Odebrecht, em recuperação judicial desde a semana passada. Sobre isso, a Braskem informou que o pagamento "deve passar pela avaliação do conselho de administração, que leva em consideração diversos aspectos, que incluem o cenário econômico, o índice de alavancagem e a situação de caixa da companhia".

O montante bloqueado agora corresponde a mais da metade do patrimônio líquido da empresa, que no fim de março era de R\$ 7,2 bilhões, incluindo reservas de lucro de R\$ 4,7 bilhões. Contudo, somado o bloqueio a eventual pagamento de dividendos (R\$ 2,67 bilhões), o valor comprometido chegaria a 88% do patrimônio. Diante disso, é improvável que o conselho de administração dê o aval à repartição dos lucros com os acionistas.

A proposta de pagamento foi apresentada em março e corresponde a quase 100% do lucro líquido ajustado (R\$ 2,9 bilhões) do ano passado. Em 2015 e R\$ 2016, a petroquímica pagou R\$ 1 bilhão em proventos a cada ano e mais R\$ 2,5 bilhões em 2017, quando o valor distribuído correspondeu a 61% do lucro líquido ajustado.

Em nota emitida ontem, o TJ-AL reiterou que a decisão de bloquear os recursos visa a garantir a indenização, por danos materiais, dos moradores e proprietários de imóveis nos bairros de Maceió afetados por eventos geológicos associados à extração de sal-gema da petroquímica na região.

"A decisão reconheceu a necessidade de salvaguardar a reparação do dano ambiental causado aos moradores dos bairros de Pinheiro, Bebedouro e Mutange, com base em laudo técnico da CPRM [Serviço Geológico do Brasil], que aponta para a iminência de desabamento de casas e prédios por causa de deformação nas cavernas de mineração", diz a nota da Corte.

A decisão aponta que, além do risco de desabamento dos imóveis, houve desvalorização "completa" desses bens na região. "Segundo mapa de risco, haverá a necessidade de evacuação imediata já de alguns imóveis da área atingida, o que torna ainda mais necessária a medida", diz a nota.

O processo contra a Braskem teve início em abril, quando MPE e Defensoria Pública de Alagoas entenderam que havia indícios de que a mineração de sal-gema da petroquímica em Maceió tem relação com o aparecimento de rachaduras em ruas e imóveis dos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro. Semanas depois, um laudo da CPRM associou essas ocorrências à exploração do sal, que é usado na produção de cloro-soda.

Um dia depois da divulgação do relatório, que será contestado pela companhia sob o argumento de que traz inconsistências graves, a Braskem paralisou a extração de sal-gema e as fábricas de cloro-soda e dicloreto de Maceió. As unidades de PVC em Alagoas e na Bahia estão operando normalmente, com matéria-prima importada.

Na sexta-feira, o imbróglio em torno dos dividendos chegou à Procuradoria-Geral da República (PGR). Em recurso ao Supremo Tribunal Federal (STF), a procuradora-geral, Raquel Dodge, pediu a suspensão de uma liminar do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em favor da Braskem, que liberava o pagamento de proventos mediante a apresentação do seguro-garantia de R\$ 2,7 bilhões. As ações da Braskem não reagiram à notícia: a PNA subiu 0,11%, a R\$ 35,73, já a ON caiu 0,51%, para 35,01.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/06/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio

Título: Leilão de energia deve ter baixa demanda

O leilão de novos projetos de geração de energia renovável previsto para acontecer amanhã deve ter uma demanda relativamente baixa, devido à frustração das expectativas sobre o desempenho da economia do país. A

competição, por sua vez, deve ser intensa, levando em conta o alto volume de projetos cadastrados, somando 51,2 mil megawatts (MW). Especialistas ouvidos pelo **Valor** estimam que a contratação seja em média de 500 MW no certame, ou seja, 1% dos que estarão na disputa.

"Estamos prevendo a contratação de 150 MW médios a 200 MW médios", disse Thais Prandini, diretora da Thymos Energia. A capacidade relacionada a essa garantia física depende do mix de fontes contratadas. A especialista aposta na contratação de projetos de eólica e solar, com predomínio desta última, o que daria algo entre 500 MW e 600 MW de potência.

No leilão de amanhã, que será do tipo A-4, serão contratados empreendimentos de geração com entrega prevista para 2023. Poderão participar as fontes eólica, solar fotovoltaica, termelétricas a biomassa e pequenas centrais hidrelétricas (PCHs). A demanda no certame não pode ser controlada pelo governo, uma vez que depende das declarações de necessidade das distribuidoras. Como o consumo de energia nas concessionárias é atrelado ao desempenho da economia, a tendência é que elas sejam conservadoras e esse seja mais um leilão frustrado em termos de volume.

Com isso, os preços devem cair, principalmente no caso da fonte eólica, que deve ter uma demanda menor direcionada pelo governo. Segundo Rodrigo Sauaia, presidente da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), um dos motivos pela qual o leilão deve contratar mais projetos solar é o fato de que a fonte foi excluída do A-6 realizado em 2017, que também contratou geração para 2023.

Sauaia lembrou que, de acordo com o planejamento do governo para a matriz energética brasileira, há a previsão de entrada de mil MW de potência da fonte solar fotovoltaica em 2023, sendo que não houve contratação feita até o momento. "Para concluir esse planejamento, esperamos que a participação da fonte no leilão seja representativa", disse.

De um lado, a grande oferta e a evolução tecnológica devem ajudar a pressionar para baixo o preço da energia solar no leilão. O câmbio, contudo, pode limitar esse efeito. Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil, destacou ainda uma mudança no edital referente à fonte solar: agora, os contratos serão por "quantidade", e não mais "disponibilidade", como era até então. Com isso, explicou, o empreendedor assume o risco de geração das usinas.

Na opinião do grupo Safira Energia, especializado em comercialização de energia, a mudança no modelo dos contratos dos projetos de energia solar, apesar de aumentar o risco para o empreendedor, não deve trazer grande variação de preço nos lances dados pelos investidores. "Esta mudança

contratual é natural e ocorre na esteira do que já aconteceu para a eólica no passado. Desta forma, haverá uma ampliação no risco de curto prazo para o empreendedor, uma vez que ele terá que recompor lastro em caso de geração inferior à energia contratada em um dado mês", afirmou, Robson Galiano, diretor da Safira Capital, em nota.

Na avaliação da KPMG, a aposta de demanda baixa também vale para o leilão A-6 previsto para outubro, que contratará empreendimentos para 2025. "Não haverá mudança nessa curva", afirmou Paulo Guilherme Coimbra, sócio da consultoria. Devido a esse cenário, o especialista prevê que nos leilões deste ano as empresas repitam a estratégia de negociar parte da energia de seus empreendimentos, deixando descontratada uma parcela para negociar no mercado livre, a preços mais atrativos.

Isso foi feito nos leilões recentes principalmente com a fonte eólica. A ideia é vender uma parcela pequena da garantia física dos empreendimentos para assegurar o acesso à conexão na rede de transmissão da energia. O restante da energia é vendida no mercado livre, a preços mais competitivos. Segundo Thais Prandini, se a estratégia for mantida, a fonte eólica pode ter preços ainda mais baixos no leilão de amanhã, mas estes não serão referência para o produto.

Projetos de geração solar terão como preço máximo R\$ 276 por megawatt-hora (MWh). Para eólicas, o teto é de R\$ 208 o MWh. Termelétricas a biomassa têm o preço teto mais alto - R\$ 311 o MWh. Hidrelétricas, por sua vez, terão como máximo R\$ 288 por MWh.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	27/06/2019
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Curtas

Neoenergia e dividendos

O conselho de administração da Neoenergia aprovou a distribuição de R\$ 338 milhões em juros sobre capital próprio referente ao primeiro semestre de 2019. O valor bruto por ação ordinária (ON) é de R\$ 0,278464. O pagamento será realizado até 30 de agosto de 2019, com base na posição acionária de 3 de julho. Assim, os papéis passam a ser negociados como "ex" a partir de 4 de julho.

Alcoa terá perdas

A fabricante de alumínio Alcoa informou ontem que os custos gerados pela saída da companhia de parte de uma joint venture no Oriente Médio devem prejudicar o lucro da companhia no segundo trimestre. A companhia deve registrar um custo de cerca de US\$ 320 milhões, cerca de US\$ 1,72 por ação, com a alienação da participação de 25% que tinha na parte de laminação da parceria com a Saudi Arabian Mining (Ma'aden).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/06/2019

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado | De São Paulo

Título: MRN vai aumentar produção com a plena volta da operação da Alunorte

O retorno das operações da Alunorte Hydro, refinaria de alumina que fica em Barcarena (PA), vai beneficiar também a Mineração Rio do Norte (MRN), a maior mineradora de bauxita do país. Isso porque entre 40% a 50% da produção da companhia é destinada à Alunorte.

O presidente da MRN, Guido Germani, disse ao **Valor** que a empresa tem capacidade de produção de 18 milhões de toneladas de bauxita por ano e em 2018 foram extraídas 14,45 milhões de toneladas, bem abaixo dos 16,28 milhões produzidos no ano anterior.

"A Alunorte está em processo de retomada e isso vai contribuir para chegarmos aos níveis de produção de 2017 em nossa operação", disse Germani. A Hydro Alunorte já informou que até agosto a companhia deverá retomar entre 75% a 85% de sua produção de 6,3 milhões de toneladas de alumina.

A refinaria teve as atividades paralisadas e só retomou parcialmente por causa de problemas ambientais na região da fábrica no início do ano passado. A empresa teve as atividades paralisadas por decisões de órgãos de meio ambiente e judiciais.

A MRN é, na verdade, um consórcio, com capital dividido entre a Vale, Hydro, Alcoa, Rio Tinto, Alcan, CBA e BHP Billiton e, segundo o executivo, sua operação é pautada também pelo mercado internacional. A companhia exporta o restante da produção, principalmente para mercados como Canadá. O preço médio praticado no mundo, de acordo com ele, têm como referência a China, e estão variando de US\$ 52 a US\$ 54 a tonelada. "Nossa operação é rentável com os nossos clientes. Não devemos acessar outros mercados", disse Germani.

No ano passado, a MRN obteve uma receita líquida de R\$ 1,52 bilhão, alta de 14,49% no comparativo com 2017. A variação cambial no período, de acordo com o relatório da companhia, foi fundamental para esse aumento no faturamento. Para 2019, Germani disse que aguarda a conclusão de alguns contratos para que a sua receita fique igual ou superior ao ano passado. "Como tivemos que reduzir um pouco a produção no início do ano, em função das resoluções da ANM (Agência Nacional de Mineração) o primeiro e o segundo trimestres ficaram comprometidos", esclareceu o executivo.

A MRN publicou esta semana o seu balanço financeiro referente a 2018 e, de acordo com a empresa, o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda na sigla em inglês) somou R\$ 464,3 milhões, o que representou alta de 41,53%. Já o lucro líquido no período, recuou 85,08%, ficando em R\$ 15,8 milhões. Esse tombo no resultado foi explicado pela desistência dos estudos de ampliação de produção que foi contabilizado por baixa contábil de R\$ 126,3 milhões e pela provisão no balanço das receitas de ICMS a recuperar de R\$ 65,44 milhões.

Esse projeto de aumento de produção foi substituído pelo projeto de novas cavas que estão em estudo pela companhia. Germani disse que as reservas, dependendo o ritmo de produção da MRN nos próximos anos, devem se exaurir em 2027, tendo como base uma extração de 17 milhões de toneladas por ano. "Por isso, estamos em licenciamento ambiental junto ao Ibama, para novas áreas de exploração. O projeto de engenharia está em fase avançada, mas ainda não temos definidos os investimentos. Pelo nosso cronograma, em 2025 ou 2026 devemos entrar já produzir nesses novos platôs."

Segundo Germani, a companhia faz, agora, os estudos de impacto nos quilombolas e o levantamento de flora e fauna em época de seca. "Estamos na região amazônica e por isso as avaliações ambientais são muito rigorosas. Já fizemos a coleta de fauna e flora no período chuvoso. Devemos acessar esses platôs em 2021 e para isso vamos investir em infraestrutura viária na região", diz.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 27/06/2019****Seção: Empresas****Autor: Marcos de Moura e Souza | De Belo Horizonte****Título: Vale vai investir R\$ 1,8 bi na mina Córrego do Feijão**

A Vale anunciou ontem que vai investir R\$ 1,8 bilhão até 2023 em uma série de obras em Brumadinho, Minas Gerais, onde uma de suas barragens de rejeito de minério de ferro rompeu em fins de janeiro, deixando mais de 200 mortos. As obras têm o objetivo de reforçar a segurança das estruturas remanescentes da Mina do Córrego do Feijão e também para dar mais estabilidade ao rejeito que restou na barragem B1, que desmoronou.

Do total planejado até 2023, entre R\$ 400 milhões e R\$ 500 milhões serão aportados este ano. Os valores serão adicionais ao impacto de US\$ 4,50 bilhões registrados nas demonstrações financeiras do primeiro trimestre de 2019. A Vale informou ainda que, adicionalmente, está estudando demais obrigações e compensações, dentre as quais as ambientais, que serão provisionadas no resultado de segundo trimestre de 2019 em conjunto com os valores anunciados.

A mineradora também trabalha na remoção do rejeito que se espalhou pela região de Brumadinho e afirmou que o material mais espesso está espalhado por um trecho de 10 quilômetros a partir do que sobrou da barragem. A estimativa é que o total de rejeito depositado nesse trecho seja de algo entre 6 milhões a 7 milhões de metros cúbicos.

Desde a tragédia, foram removidos 550 mil metros cúbicos do material, realocado numa área da Mina do Córrego do Feijão.

O diretor de Reparação e Desenvolvimento da Vale, Marcelo Klein, afirmou que nesses cinco meses, a empresa conseguiu o que classificou como "importantes progressos" tanto no atendimento emergencial às famílias que perderam parentes na tragédia quanto nas primeiras medidas de caráter ambiental.

Klein se reporta diretamente ao presidente da Vale, Eduardo Bartolomeo. "Temos conversas praticamente diárias por telefone, pessoalmente ou por mensagem, e regularmente toda segunda-feira tenho um espaço de uma hora para reportar ao presidente e à diretoria executiva da Vale todos os progressos da reparação", disse ele. Segundo ele, esse canal aberto ajuda e dá velocidade à implementação das ações em Brumadinho.

A Vale informa que as obras envolvem a contratação de 28 empresas. Nesse trecho está concentrado o rejeito mais espesso. O trabalho de remoção dos

rejeitos é desenvolvido em conjunto com o Corpo de Bombeiros de Minas Gerais.

A Vale informou que cerca de 100 mil moradores da cidade e da região já receberam indenizações emergenciais acertadas com o Ministério Público.

Os processos de indenização mais amplos começam a ser construídos, de acordo com Klein. A Vale já fez uma oferta de valores a serem pagos às famílias, mas o Ministério Público do Trabalho pleiteia na Justiça uma revisão superior.
(Colaborou Raquel Brandão, de São Paulo)

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/06/2019

Seção: Finanças

Autor: Flávia Furlan e Maria Luíza Filgueiras | De São Paulo

Título: Preço baixo de ação eleva demanda por Neoenergia

A oferta inicial de ações (IPO) da Neoenergia terá preço definido nesta quinta-feira, com o objetivo de levantar mais de R\$ 3 bilhões. A demanda dos investidores está elevada, considerando o preço mais baixo por ação. Se houver ajuste de preço, conforme três fontes, a demanda será bem mais comedida mas a oferta será viável.

A demanda no piso da faixa indicativa, que vai de R\$ 14,42 a R\$ 16,89, está entre cinco e seis vezes o tamanho da oferta, apurou o **Valor**. Mas, se o preço muda para o meio da faixa indicativa, a demanda fica entre 1,4 e 1,6 vez a oferta.

"É uma demanda inflada, que considera que pode haver valorização porque o múltiplo está abaixo da média do setor de energia e da média de ofertas recentes", diz um gestor de ações. "Não é tanto por fundamento, em que pesaria mais o fato de a empresa ter entrado em concessões caras e ter melhorado seu balanço com uma captação recente de dívida, concomitante ao IPO", complementou outro investidor institucional.

Os gestores exemplificam que, em ofertas com alta demanda por avaliação mais qualitativa do que oportunidade de preço, a demanda não cai abruptamente quando há aumento de preço. No ano passado, por exemplo, a demanda no IPO da credenciadora de cartões Stone foi tão elevada que extrapolou o intervalo entre US\$ 21 e US\$ 23, e foi fechada a US\$ 24.

Até a semana passada, as ordens por ações da Neoenergia, apesar de volumosas, ainda seguravam o preço no piso. Uma gestora de banco, por

exemplo, havia feito reserva de R\$ 1 bilhão em ações no piso da oferta - se subisse R\$ 0,08, já não queria nenhuma.

Mas esta semana, com o contínuo interesse de investidores, os coordenadores da oferta já analisam colocar o preço um pouco acima do piso. "Boa parte dos investidores está aguardando a data final para ajustar sua reserva, aceitando um preço maior", diz um executivo ligado à operação.

A Neoenergia está vindo a mercado com preço semelhante ao que testou em 2017 - avaliando a empresa entre R\$ 17,5 bilhões e R\$ 20,5 bilhões. Naquele ano, os acionistas acharam o preço baixo e desistiram do IPO. "Desta vez, estão mais dispostos", diz uma fonte.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/06/2019

Seção: Legislação e Tributos

Autor: Beatriz Olivon | De Brasília

Título: União não terá que pagar conta dos empréstimos compulsórios

A União não terá que dividir com a Eletrobras a conta do empréstimo compulsório sobre o consumo de energia elétrica, estimada em R\$ 17,9 bilhões. A decisão foi tomada ontem pelos ministros da 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Foi a segunda derrota este mês, no STJ. A empresa pretende recorrer da decisão.

A dívida, prevista no Formulário de Referência da Eletrobras de 2019, refere-se a correção monetária e juros sobre valores de empréstimo compulsório. Criado nos anos 60, era descontado da conta de luz dos clientes industriais com consumo superior a dois mil quilowatts/hora (kWh) por mês. A cobrança seria extinta em 1977, mas foi prorrogada até 1993.

O direito à correção monetária foi definido em julgamento realizado pelos ministros do STJ, em 2009. Desde lá, a Eletrobras tentava adiar os pagamentos e cobrar os valores da União por meio de ações regressivas. O argumento da companhia é o de que o empréstimo compulsório foi estabelecido em favor da União, para cobrir projeto de expansão do serviço de energia elétrica.

A questão foi julgada ontem por meio de recursos repetitivos (REsp 1583323 e REsp 1576254). Portanto, a decisão serve de orientação para as instâncias inferiores e só poderá ser revista caso a discussão seja levada ao Supremo Tribunal Federal (STF). No STJ, a empresa ainda pode apresentar embargos de

declaração - recurso utilizado para pedir esclarecimentos ou apontar omissões, mas que dificilmente pode alterar o mérito.

O julgamento foi retomado ontem com o voto-vista do ministro Sérgio Kukina, que seguiu o entendimento do relator, ministro Mauro Campbell Marques, a favor da União. Kukina votou pela impossibilidade de a Eletrobras apresentar ação de regresso.

Segundo o ministro, do artigo 4º da Lei nº 4.156, de 1962, compreende-se que a responsabilidade solidária da União tem por objetivo unicamente facilitar o exercício do direito de cobrança pelo contribuinte-credor, que arcou com os ônus do empréstimo compulsório. A solidariedade da União, acrescentou, é só perante o credor comum e não a Eletrobras.

A União, afirmou Kukina no julgamento, seria apenas um garantidor. Os valores dos empréstimos e movimentos de resgate eram de responsabilidade da estatal, de acordo com o ministro.

Para o relator, ministro Mauro Campbell Marques, a União não teve nenhum benefício com o empréstimo compulsório. Segundo afirmou em seu voto, "cada centavo foi encaminhado para a Eletrobras" e, com esse dinheiro, a companhia investiu em ações de outras empresas.

Também seguiram o entendimento do relator os ministros Assusete Magalhães, Regina Helena Costa, Gurgel de Faria e Herman Benjamin. Ficaram vencidos os ministros Napoleão Nunes Maia Filho e Og Fernandes.

No começo do mês, a Eletrobras havia sido derrotada em outro julgamento sobre empréstimo compulsório. Por uma diferença de apenas um voto, os ministros decidiram a data final para aplicação dos juros remuneratórios na devolução de valores que não foram convertidos em ações - possibilidade dada aos consumidores.

A maioria dos ministros votou pela correção até o efetivo pagamento, de forma contrária ao entendimento da Eletrobras. A estatal entende que os valores devem ser atualizados até 2005, data da última assembleia de conversão.

A decisão foi proferida em um processo envolvendo a Decoradora Roma. Em comunicado enviado ao mercado após o julgamento, a empresa informou que seguiria na discussão judicial por meio dos recursos cabíveis e que, no momento, não havia elementos para alterar os valores provisionados. Para o

jurídico da empresa, aquele julgamento afeta apenas aquele processo, sem efeito automático em outros casos, segundo a nota.

Sobre o julgamento de ontem, a Eletrobras manteve, em novo comunicado ao mercado, o mesmo posicionamento. Ou seja, pretende continuar na discussão judicial e não alterar os valores provisionados.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/06/2019

Seção: Opinião

Autor:

Título: Petróleo tem alta moderada com investidas de Trump contra o Irã

Com a indiferença de quem entra em um depósito de dinamite com o fósforo aceso, o presidente Donald Trump, com a intensificação das sanções ao Irã, ampliou as chances de séria deterioração política no inflamável Oriente Médio. Dando trelas aos radicais de seu time, como o assessor de segurança nacional, John Bolton, um dos que empurraram os EUA à invasão do Iraque, no governo de George W. Bush, Trump disse que chegou a ordenar ataques a instalações iranianas depois que o Irã derrubou um drone americano, alegadamente em seu território. O presidente americano teria dado mostra de sobriedade e realismo - e tudo pode ter sido apenas um embuste -, enquanto ataques cibernéticos tentavam abalar a capacidade dos militares iranianos operarem mísseis.

As ações de "pressão máxima" dos EUA para que o regime dos aiatolás sente à mesa de negociações obscurecem o fato de que foi Trump quem se retirou dela. Ele rompeu unilateralmente o acordo, fruto de longo e difícil trabalho do então presidente Barack Obama, que culminou em um entendimento ao qual apuseram suas assinaturas Reino Unido, Alemanha, França, China e Rússia. Em seguida vieram as sanções, que retiraram uma quantia não precisa de petróleo iraniano do mercado, que especialistas calculam entre 1 a 1,5 milhão de barris por dia. Estão sujeitos a punições empresas e bancos de qualquer país que realizem transações com o governo iraniano, criando uma barreira, que parece eficaz, para afastar investimentos de empresas americanas e europeias no país.

Trump segue o que lhe passa na cabeça e colocou em difícil situação seus aliados. Teerã deu um prazo de 60 dias, a vencer em 7 de julho, para que os demais signatários do acordo encontrem formas de proteger o país das retaliações americanas. Ao mesmo tempo, avisou que no próximo dia 27 ultrapassará o limite de 300 kg de urânio com 3,67% de pureza, estabelecido no acordo. As chancelarias europeias parecem estar diante de um beco sem saída,

e divididas. O Reino Unido alinhou-se unilateralmente a Washington. Rússia e China estão juntas ao lado do Irã.

Enquanto Trump dá apoio total à reeleição de Binyamin Netanyahu em Israel e estreitou laços com a autocracia saudita, aumentando a pressão sobre o Irã, navios que seguem a rota do Estreito de Ormuz, por onde passa quase um terço do petróleo mundial, foram atacados. Em 12 de maio foram alvejados 4 petroleiros sauditas. Dois dias depois, drones tentaram destruir duas estações de bombeamento de óleo saudita. No dia seguinte, 2 navios da Noruega e Japão tiveram a mesma sorte.

Os EUA acusaram o Irã, que negou tudo. A máquina de propaganda de Trump culpa os iranianos pelo que eles sabidamente fazem - apoiar grupos terroristas no Líbano, imiscuir-se no conflito sírio e armar os houthis em guerra contra os sauditas no Iêmen - e pelo que manifestamente não fazem - alianças com os sunitas da Al Qaeda, uma criação genuína da Arábia Saudita, aliada histórica dos americanos, e inimiga mortal dos xiitas.

Punir o Irã por suas alianças no perigoso tabuleiro político do Oriente Médio, porém, é uma opção de Trump. Mas voltar o poder de sua máquina econômico-financeira contra o Irã porque não concorda com o que foi aprovado pelo próprio governo americano e seguido à risca, como atestam os aliados americanos e a Agência Internacional de Energia Atômica é outra coisa inteiramente diferente. É um ataque unilateral a um país para obter dividendos não muito claros para os EUA, feito por um presidente em campanha pela reeleição.

Seguindo o roteiro dos guerreiros de seu governo, como o secretário de Estado Mike Pompeo e Bolton, os EUA enviaram aviões bombardeiros para a região e mil soldados. Mas Trump tem vários e bons motivos para não querer a guerra. Um deles é que o Irã não é o Iraque, tem poder bélico superior, mesmo sem dispor de armas de destruição em massa, acusação forjada com provas falsas para justificar a invasão do Iraque. Outra consequência é que os xiitas iranianos usariam o poder de fogo de seus aliados na região para infernizar Arábia Saudita, Israel e Líbano, internacionalizando o conflito.

As cotações do petróleo subiram, porém menos do que seria de se esperar em um cenário de risco como esse. Mesmo com Irã e Venezuela quase fora do mercado, a produção dos EUA e os estoques têm compensado a redução da oferta até agora. As provocações de Trump podem a qualquer hora gerar reações sobre as quais ele não têm nenhum controle. Não parece haver limites para sua irresponsabilidade.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 27/06/2019****Seção: Economia****Autor: Anne Warth Mariana Haubert****Título: Câmara aprova nova distribuição do pré-sal**

Texto, que ainda precisa voltar ao Senado, incluiu Estados e municípios e a expansão de gasodutos na partilha dos recursos obtidos com a exploração do petróleo

A Câmara dos Deputados aprovou ontem projeto que propõe uma nova distribuição dos recursos que o governo vai obter com a exploração do pré-sal. O texto reduz investimentos em saúde e educação e inclui Estados e municípios na divisão, além do financiamento à expansão de gasodutos. Hoje, 100% dos recursos do pré-sal vão para o Fundo Social, criado em 2010, como poupança para investimentos em educação, saúde, entre outras áreas. Pela partilha aprovada na Câmara, 30% vão continuar no Fundo Social do Pré-Sal; 30% vão para fundos de Participação dos Estados (FPE) e de Participação dos Municípios (FPM); 20% serão de investimentos da União em saúde e em educação; e os últimos 20% para um fundo de expansão dos gasodutos, o Brasduto.

O texto aprovado anteriormente pelo Senado tinha destinado 50% dos recursos para o Fundo Social e o restante seria dividido entre Estados e municípios e para a expansão dos gasodutos. Como a Câmara propôs outra divisão, o projeto precisa ser novamente analisado pelos senadores antes da sanção presidencial. O financiamento à expansão do gasoduto gerou críticas por parte dos parlamentares. Alguns deputados argumentaram na sessão que as novas regras resultariam em menos recursos para o Fundo Social, cuja aplicação também é destinada para saúde e educação.

A divisão feita pelo Senado – e não chancelada pelos deputados – provocaria uma perda de recursos para saúde e educação de R\$ 39 bilhões nos próximos dez anos, segundo técnicos do governo. No plenário, deputados falavam em corte de R\$ 16 bilhões. O texto também prevê a possibilidade de um encontro de contas entre a União e a cemig por conta de demandas de créditos das duas partes que poderiam ser cobradas na Justiça. Se a emenda for aprovada também pelos senadores, a União deve abrir mão de uma receita de R\$ 5 bilhões, enquanto a cemig renunciaria ao recebimento de R\$ 382 milhões, segundo apurou o Estadão/Broadcast.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 27/06/2019****Seção: Economia****Autor: Renée Pereira****Título: Braskem tem R\$ 3,7 bi bloqueados pela Justiça**

Decisão atendeu a pedido do Ministério Público e Defensoria Pública de Alagoas para indenizar famílias afetadas pela extração de sal-gema

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, Tutmés Airan, autorizou na terça-feira o bloqueio de R\$ 3,7 bilhões das contas bancárias da Braskem. A decisão atende a um pedido do Ministério Público e da Defensoria Pública do Estado para garantir eventuais indenizações à população afetada por problemas causados pela extração de sal-gema – matéria prima usada na cadeia de plásticos – em Alagoas. Segundo o Serviço Geológico do Brasil, o processo de obtenção da matéria-prima pela Braskem afetou a estrutura geológica de bairros de Maceió, causando afundamento de terrenos e rachaduras em construções na cidade. De acordo com o desembargador, além do perigo de desabamento, “ocorreu uma desvalorização completa dos imóveis da região.

Segundo mapa de risco, haverá a necessidade de evacuação imediata de alguns imóveis da área atingida”. O juiz também nomeou uma empresa de engenharia para fazer a avaliação dos preços dos imóveis da região de risco. Em nota, a Braskem afirmou que tomará todas as medidas cabíveis, dentro do prazo previsto. A decisão de ontem não foi a primeira contra a Braskem no caso de Alagoas. Em abril, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Estado pediram bloqueio de R\$ 6,7 bilhões da empresa. A Justiça estadual contingenciou R\$ 100 milhões e impediu a distribuição de R\$ 2,7 bilhões aos acionistas da Braskem, que inclui Odebrecht e Petrobrás.

Em meados deste mês, a petroquímica conseguiu reverter a decisão no Superior Tribunal de Justiça (STJ), que liberou a Braskem para fazer o pagamento dos dividendos a seus acionistas. Na época, a empresa havia entrado com pedido para substituir o bloqueio à distribuição de seus dividendos por um seguro-garantia do mesmo valor – o que foi acatado pelo STJ. Apesar disso, o desembargador de Alagoas deferiu novo pedido para bloqueio das contas da petroquímica. Os problemas enfrentados em Alagoas e os riscos ainda desconhecidos para a empresa foram um dos motivos que contribuíram para a holandesa LyondellBasell desistir de comprar a Braskem.

Quando o problema foi detectado, a petroquímica operava quatro minas no Estado. Todas estão fechadas desde abril. No total, a Braskem tem 35 minas em Maceió. Desativação. A empresa, no entanto, não deverá voltar a retomar as

atividades nas minas que estavam operacionais. Segundo fonte ligada à empresa, mesmo que seja comprovado que os problemas não são decorrentes da extração de sal-gema, a petroquímica não vê ambiente para continuar a operação na região. A Braskem está realizando estudos para avaliar se as rachaduras e afundamentos foram causados pela extração da matéria-prima na capital alagoana.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 27/06/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: ANP prepara resolução para elevar qualidade da gasolina vendida no país

Proposta fixa limites de densidade e octanagem e mira importações com menor rendimento

A ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis) prepara resolução para elevar a qualidade da gasolina vendida no país.

O objetivo é preencher lacunas na legislação atual que permitem a importação e a venda de produto de baixa qualidade.

A proposta será debatida em reunião da diretoria da agência nesta quinta-feira (27).

A resolução vai especificar limites para indicadores de densidade e octanagem que hoje não constam da regulamentação brasileira.

Para especialistas, não há impactos significativos sobre a Petrobras, que já produz gasolina com padrão de qualidade considerado satisfatório.

Porém, para importadores, o processo pode resultar em aumento de até 6% no preço da gasolina importada.

A mudança mais significativa se refere à densidade da gasolina. A resolução atual que trata do assunto, editada em 2013, não estabelece limites, o que obriga fabricantes de veículos a regular motores para operar com uma faixa mais ampla de densidade.

Segundo a Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), a definição de limites de densidade pode facilitar o ajuste dos motores, melhorando o desempenho dos veículos.

O estabelecimento de limites de densidade é pleito antigo da indústria automotiva, mas dificultado pelas características do parque de refino da Petrobras, que usava diferentes tecnologias para refinar diferentes tipos de petróleo.

A avaliação do setor, entretanto, é que, depois de um ciclo de investimentos nas refinarias nos últimos anos, a estatal já consegue produzir o combustível com densidade mais uniforme.

“É importante que não haja grande dispersão nos limites de densidade”, afirma o diretor técnico da Anfavea, Henry Joseph Junior.

O diretor-geral da ANP, Décio Oddone, diz que a medida reduz também a possibilidade de importação de “gasolinas leves”, com menor densidade e, portanto, menor rendimento.

“É bom para o consumidor, que vai ter uma garantia de uniformidade da qualidade da gasolina”, afirma.

A agência reguladora mira ainda no crescimento das importações de nafta — derivado de petróleo usado como matéria-prima para a indústria petroquímica — que pode ser misturado à gasolina e vendida nos postos.

A nafta tem tratamento tributário diferente, o que gera riscos de competição desleal.

“A especificação dos parâmetros eleva nossa gasolina a padrões mais elevados e reduz a possibilidade de misturas de menor rendimento”, afirma Leonardo Gadotti, presidente da Plural (entidade que reúne as distribuidoras de combustíveis).

A resolução vai trazer também um limite para o indicador de octanagem conhecido como RON (sigla em inglês para número de octanas pesquisa), mais usado como parâmetro na especificação da gasolina vendida na Europa.

A regra atual limita apenas a octanagem do tipo MON (número de octanas motor) e de um índice chamado IAD (índice antidetonante). Resultado de uma média aritmética entre os indicadores MON e RON, este último é mais usado nos Estados Unidos e no México.

O limite mínimo do IAD para a gasolina comum no Brasil é de 87, equivalente aos praticados na gasolina regular desses dois países — o que pressupõe octanagem RON a 92, na média asiática, mas abaixo dos 95 vigentes na maior parte da Europa.

A ANP não informou, porém, quais as propostas de limites para a densidade e a octanagem RON.

A Anfavea afirma que a padronização facilita a identificação de carros importados.

Dependendo do valor escolhido, a definição de um indicador RON pode também melhorar o rendimento da gasolina brasileira, completa a entidade.

O presidente da Abicom (entidade que reúne as importadoras de combustíveis), Sergio Araújo, declara que a medida deve elevar em 6% o custo das importações, já que as empresas do segmento deverão buscar produtos com maior densidade.

Atualmente, o país importa cerca de 15% de seu consumo de gasolina A — antes da adição de etanol. Em abril, de acordo com a ANP as importações representaram 19,06% da demanda interna. Em março, havia sido 13,57%.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 27/06/2019

Seção: Mercado

Autor: Fábio Pupo e Danielle Brant

Título: Acesso a fundo do pré-sal ainda é estudo, diz Tesouro

O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, afirmou que a adesão de estados a novas regras no mercado de gás pode ser apenas um dos critérios para que eles recebam parte do dinheiro que a União detém hoje no Fundo Social (composto por recursos oriundos da exploração do petróleo).

Para aderir, o estado teria de aceitar realizar mudanças na distribuição de gás, o que poderia incluir privatização e outras medidas regulatórias.

A equipe do ministro Paulo Guedes (Economia) estuda há meses a divisão do fundo, hoje exclusivamente do governo federal, com estados e municípios.

Guedes já chegou a afirmar que pretendia repassar até 70% do Fundo Social para os entes subnacionais.

“O governo está estudando uma forma de dividir o Fundo Social com estados e municípios. Um dos critérios poderia ter relacionamento com o mercado de gás”, afirmou Mansueto.

Ainda segundo ele, pode haver uma “cesta” de itens a serem cumpridos pelos entes para que recursos sejam transferidos.

Apesar disso, ele ressaltou que o tema ainda está em discussão na Economia. “Nada disso está decidido. Está em fase bem embrionária.”

Na segunda-feira (24), o CNPE (Conselho Nacional de Política Energética) divulgou resolução que busca abrir o mercado de gás no país.

Com a abertura na oferta, no transporte e na distribuição, o governo estima atrair investimentos de até R\$ 32,8 bilhões em novos gasodutos e terminais até 2032 e reduzir o preço em até 40% para estimular a indústria.

O processo de abertura passa pela negociação entre Petrobras e Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) para a venda de toda a participação da petroleira nas empresas estaduais de gás e os 10% remanescentes na NTS (Nova Transportadora do Sudeste) e na TAG (Transportadora Associada de Gás).

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 27/06/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Caixa arrecada R\$ 7,3 bi com venda de ações da Petrobras

A Petrobras afirmou que uma oferta secundária para a venda de ações ordinárias da companhia (com direito a voto) detidas pelo banco estatal Caixa Econômica Federal teve um preço por ação fixado em R\$ 30,25, perfazendo um montante total de R\$ 7,3 bilhões, segundo comunicado nesta quarta-feira (26).

A participação da Caixa na Petrobras era de 2,3%, por meio de 241,3 milhões de ações ordinárias, equivalente a 1,85% do capital da companhia.

A operação foi coordenada pelas unidades de banco de investimento da Caixa, UBS, Morgan Stanley, Bank of America e XP Investimentos.

De acordo com a Petrobras, a Caixa ficará com as 36,3 milhões de ações preferenciais, que não têm direito a voto, mas preferência no pagamento de dividendos, que tem em sua carteira. O valor equivale a 0,36% do capital total da estatal.

A venda de papéis da Petrobras é parte do plano da Caixa de se desfazer de negócios que não são considerados chave para o banco.

A instituição também planeja vender suas ações no Banco PAN e na corretora de seguros Wiz.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 27/06/2019****Seção: Colunas****Autor: Joana Cunha****Título: Choque de energia****Painel S.A.**

A resolução do governo para reduzir o preço do gás é uma das melhores notícias do ano para a indústria, mas ninguém estourou champanhe ainda, segundo Milton Rego, da Abal (associação do alumínio). “Na prática, podem acontecer descaminhos na articulação e na estrutura jurídica”, afirma.

Despesa

A medida é necessária para aumentar a competitividade, diz Francisco Pires, da empresa de alumínio Novelis. “energia é nosso segundo maior custo, só perde para compra de metal.”

VEÍCULO: O Globo**Data: 27/06/2019****Seção: Economia****Autor: BRUNO ROSA****Título: Justiça exige novas licenças ambientais para o Comperj**

TRF2 conclui que atribuição é do Ibama e não do Inea. Decisão será reexaminada pelo tribunal

A Petrobras sofreu novo revés em relação ao Comperj, o Complexo Petroquímico localizado em Itaboraí, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) determinou que seja refeito o licenciamento ambiental de todo o projeto, que já custou mais de US\$ 14 bilhões à Petrobras e foi alvo de corrupção revelada pela Operação Lava-Jato.

O entendimento é que o Ibama deve ser a instituição responsável pelo aval ao empreendimento e não o Instituto Estadual do Ambiente (Inea) do Rio, como foi feito a partir de 2006 em várias licenças ambientais. A avaliação é que, em caso de acidente no emissário de Maricá, que faz parte do Comperj, os impactos ambientais poderiam ultrapassar o limite marítimo do Estado do Rio.

Por isso, segundo o desembargador federal Marcelo Pereira, que assina a decisão do TRF2, os licenciamentos feitos pelo Inea não são válidos e, como os

riscos extrapolam a delimitação geográfica do Rio, as licenças devem ser feitas apenas pelo Ibama, que é um órgão federal. Como a decisão da 8ª Turma não foi unânime, o processo deverá ser reexaminado pelo quórum ampliado da 8ª Turma Especializada, o que ainda não tem data para ocorrer.

O impasse sobre os licenciamentos ambientais começou em 2008 com uma ação movida pelo Ministério Público Federal (MPF). Em primeira instância, a 2ª Vara Federal de Itaboraí já havia declarado nulas as licenças prévias do Inea. Mas Petrobras, Inea e o próprio Ibama recorreram da decisão.

ESTATAL ESPERA DEFINIÇÃO

Na decisão, o desembargador, que declara nulas todas as licenças expedidas pelo Inea, determina que o Ibama deve "processar novamente todos os pedidos de licença necessários".

A Petrobras esclarece que o julgamento sobre a competência para o licenciamento não foi finalizado. E informou que aguarda seu término para adotar "todas as medidas cabíveis para resguardar os seus direitos." O Inea informou que ainda não foi notificado da decisão.

VEÍCULO: O Globo

Data: 27/06/2019

Seção: Economia

Autor: RENATA VIEIRA

Título: Cade aprova aquisição de fatia da Ticket pelo Itaú

Órgão de defesa da concorrência autoriza banco a ficar com 11% da empresa de benefícios. Acordo com Petrobras é adiado

BRASÍLIA- O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou ontem, por três votos a dois, a compra de 11% do capital da Ticket pelo Itaú Unibanco. A aquisição da credenciadora de benefícios a trabalhadores, como alimentação e transporte, pelo banco já havia sido anunciada em setembro e aprovada pela área técnica do órgão sem restrições, mas foi submetida a uma reavaliação depois de a União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços (Unecs) contestar o negócio, alegando risco para empresas menores desse mercado.

O setor de benefícios tem interessado cada vez mais bancos como o Itaú, que buscam diversificar seus portfólios para atrair clientes corporativos. Para empresas como a Ticket, é uma vantagem ter exclusividade na distribuição de seus produtos aos clientes corporativos de um grande banco.

RISCO DE OLIGOPÓLIO

Apesar de aprovar o negócio, o Cade monitora essa movimentação dos bancos para evitar a formação de oligopólios. O Itaú, por exemplo, também é dono de credenciadoras de pagamentos por "maquininhas" como Rede e Credicard.

O relator do processo, conselheiro João Paulo de Resende, votou contra a operação por considerar que ela dá ao Itaú uma capilaridade em mercados associados capaz de impedir novos concorrentes. O plenário do Cade, no entanto, considerou que a fatia de 11% comprada pelo banco não oferece riscos à concorrência.

Também ontem o Cade arquivou o processo que apurava possíveis práticas anticompetitivas por parte do Google no Brasil. A denúncia foi feita pelo grupo dono dos sites de comparação de preços Busca-pé e Bondfaro, que em 2013 acusou o buscador de privilegiar seu próprio comparador de preços, o Google Shopping, nos resultados.

Segundo o relator do caso, conselheiro Mauricio Bandeira Maia, não foi possível verificar se há manipulação de algoritmos por parte do Google nesse tipo de busca. Para ele, os efeitos apontados pelos denunciantes podem ser consequência de um comportamento do mercado frente à disseminação de marketplaces (varejistas on-line), e não de ação específica do Google.

O placar terminou empatado em três a três, cabendo ao presidente do Cade, Alexandre Barreto, desempatar, decidindo pelo arquivamento.

O Cade decidiu adiar a assinatura de um acordo com a Petrobras para abrir a concorrência no mercado de gás, atualmente dominado pela estatal, prevista para ontem. Segundo o órgão, os detalhes do acordo ainda estão em negociação.

VEÍCULO: O Globo

Data: 27/06/2019

Seção: Economia

Autor: JANAÍNA FIGUEIREDO E ELIANE OLIVEIRA

Título: Mercosul e União Europeia perto de fechar acordo

Anúncio pode ocorrer na reunião do G-20. Brasil ganharia com carne, mas etanol deve ficar de fora

RIO E BRASÍLIA- Altos representantes do Mercosul e da União Europeia (UE) pisaram no acelerador e tentarão, nos próximos dois dias, encerrar as negociações de um acordo de livre comércio entre os dois blocos com a

intenção, até mesmo, de anunciá-lo até o próximo fim de semana. Segundo disse ao GLOBO uma alta fonte do governo argentino que participa das conversas em Bruxelas, "estamos muito perto e existe vontade de ambas as partes". Fala-se até mesmo num comunicado conjunto entre a liderança da UE e os presidentes que participarão da reunião do G-20, no Japão, nesta semana.

O desejo de fechar o acordo foi um dos assuntos mais conversados pelos presidentes Jair Bolsonaro e Mauricio Macri durante a visita do brasileiro ao argentino em Buenos Aires, no começo do mês.

— O ambiente está muito bom, não sei se fechamos na quinta ou na sexta — assegurou a fonte do governo Macri, que, em plena campanha para tentar a reeleição e às voltas com uma recessão que não consegue superar, é um dos mais interessados em selar um acordo que começou a ser negociado há cerca de 20 anos.

ANÚNCIO POLÍTICO

Do lado europeu, apontou o embaixador José Alfredo Graça Lima, que comandou as negociações em seus primórdios, um dos países mais interessados é a Alemanha.

— As maiores resistências sempre vieram da França — lembrou Graça Lima.

Para o embaixador, o anúncio do acordo deve ser essencialmente político, com Ma-cri e Bolsonaro expondo uma vitória internacional. Mas ele vê poucos ganhos concretos para o Brasil, sobretudo a longo prazo.

— Será um acordo de comércio administrado, com cotas para produtos. Para o futuro, o comércio brasileiro, que pretende entrar em uma etapa de liberalização completa, fica engessado — argumentou o embaixador.

Graça Lima lembrou, ainda, que produtos como etanol, do interesse brasileiro, não devem ser incluídos.

VINHOS EUROPEUS

Um dos produtos que entraria no acordo e beneficiaria o Brasil é a carne. Até agora, entre os pontos de divergência destaca-se a liberação do Mercosul para os vinhos europeus, medida que encontra forte resistência dos produtores do Sul do Brasil.

Os países do Mercosul aceitaram que navios europeus possam movimentar contêineres pela região, mas não será possível que as embarcações possam fazer o movimento dentro de cada país. Assim, um navio da UE poderá pegar

um contêiner em Santos (SP) e abastecê-lo em Buenos Aires, por exemplo, mas não poderá levá-lo a Paranaguá (PR).

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 27/06/2019

Seção: Opinião

Autor:

Título: Gás mais barato é bem-vindo

Monopólio é palavra que destoa da modernidade. No século 16, época das grandes navegações e da conquista de colônias, a concentração constituía mandamento. O passar do tempo mudou realidades. Abrir o mercado à competição tornou-se impositivo. Empresas estatais — pesadas, burocráticas e não raro corruptas — não respondem aos desafios do século 21. No Brasil, a telefonia serve de exemplo. Antes de mudar de mãos, as comunicações eram lentas, difíceis e caras. O número do telefone, de tão precioso, figurava no Imposto de Renda.

Outros setores têm enfrentado resistências e trilhado caminho semelhante. Chegou a vez do gás, na prática monopólio da Petrobras. Segundo cálculos do governo, a abertura do mercado à concorrência vai reduzir os preços em até 40% em dois anos. Haverá incentivos à entrada de competidores em toda a cadeia — da produção à distribuição. A proposta é abrir os acessos não só aos gasodutos, mas também a toda a infraestrutura do setor. É o caso de dutos de escoamento, unidades de processamento e terminais de gás natural liquefeito. Estados receberão estímulos para aderir à contemporaneidade.

O “choque de energia barata”, como denominado pelo ministro Paulo Guedes, beneficiará sobretudo a indústria. Nas contas do governo, a substantiva queda no preço do gás equivale a incremento de 8,6% no PIB do setor. Vale a comparação: a indústria brasileira desembolsa US\$ 13 pelo metro cúbico; a europeia, US\$ 7; a americana, pouco mais de US\$ 3. Trata-se de iniciativa bem-vinda. Há 40 anos, o setor de transformação perde proeminência na criação de valor e de empregos. A participação no Produto Interno Bruto despencou de 1980 a 2018 — de 24,5% passou para 11,3%.

Para reestruturar a base industrial, a energia constitui item importante, mas não suficiente. Urgem outras medidas. Entre elas, reduzir a carga tributária sobre o combustível, aprimorar a regulação, modernizar a infraestrutura, diminuir a burocracia, estimular o empreendedorismo, qualificar profissionais digitais, investir em inovação, pesquisa e desenvolvimento, além de integrar o setor privado, centros de pesquisa e universidades públicas. Não é pouco. Trata-se de esforço de guerra cujo passo inicial foi dado.

Governo e Congresso devem se mobilizar para transformar o ambiente econômico, tornando-o mais amigável e atraente para investimentos. O Brasil precisa se modernizar. Receitas que deram certo na era industrial tornaram-se obsoletas na era digital. Há que correr para manter-se no trem da história. Pesquisa feita pelo Grupo Cisco que mediu a preparação digital em 118 países (19 dos quais na América Latina) mostrou o Brasil em 10º lugar na região. É constrangedor para uma das 10 maiores economias do mundo.

MME / ASCOM .